



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 17/XVI/M&C 1.ª SL

Aos três dias do mês de setembro de 2024, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

§ único: Audiência com delegação EEE/EFTA do Parlamento norueguês.

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo 2.º Vice-Presidente da Comissão, Deputado **Rodrigo Saraiva (IL)**, foi por este manifestado um cumprimento aos Deputados presentes e delegação visitante. De seguida apresentou os Deputados presentes.

A chefe de delegação, Deputada Trine Lise Sundnes, começou por apresentar a delegação da EFTA-EEA do Parlamento norueguês. Seguidamente deu conta do objetivo da audiência, nomeadamente para discutir algumas das políticas e situações na Europa, mas também as tensões existentes numa perspetiva global, com especial enfoque nas *EEA Grants* (informou que a delegação irá visitar em Portugal, diversos projetos financiados); no tema da segurança e defesa e na guerra no médio oriente.

Realçou as semelhanças entre Portugal e a Noruega, com partilha de interesses relativamente à União Europeia. Referiu que a sociedade civil na Noruega se encontra dividida quanto à possibilidade de adesão desta à União Europeia, pelo que, enquanto não for efetivada essa adesão, para o futuro próximo, estariam interessados no desenvolvimento de novos modelos de cooperação entre a Noruega e a União Europeia. Referiu que a Noruega e Portugal partilham da posição de condenação da invasão russa à Ucrânia.

O **Deputado Rodrigo Saraiva (IL)** referiu que os Grupos Parlamentares presentes acreditam e defendem o projeto europeu, juntamente com os membros e não membros da União Europeia. Manifestou o consenso no Parlamento português quanto à situação da guerra na Ucrânia. Referindo-se ao médio oriente, referiu também que defendem a solução de dois estados para Palestina e Israel.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 17/XVI/M&C 1.ª SL

O **Deputado Rui Tavares (L)** informou que, quando foi deputado ao Parlamento Europeu foi o relator para o Acordo Judicial e Cooperação com a Noruega, aprovado em 2011, incrementando o seu conhecimento sobre questões relacionadas com a cooperação judicial e policial pan-europeia, principalmente quando se trata de investigação e perseguição de redes terroristas no continente. Referiu que Portugal é ex-membro da EFTA. Realçou, com agrado, a importância das *EEA Grants*, nomeadamente, a título de exemplo, a importância do investimento que foi feito na recuperação da herança judaica em Portugal. com o apoio do EEA em Alenquer, Belmonte e outras comunidades em Portugal. Manifestou o interesse o aprofundamento da cooperação, seja interparlamentar ou no âmbito das *EEA Grants*.

O **Deputado Paulo Núncio (CDS-PP)** questionou sobre as relações entre a Noruega e a União Europeia e a forma de as incrementar e estreitar. Questionou sobre qual a posição da Noruega relativamente à agressão russa contra a Ucrânia, sendo que é um país com relativa proximidade ao conflito. Manifestou o total apoio à Ucrânia por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, realçando que Portugal de tudo fará para auxiliar aquele país nas diversas formas possíveis.

O **Deputado Rodrigo Saraiva (IL)** focou um dos pontos da agenda da delegação do Parlamento da Noruega como sendo a possibilidade de ser disponibilizado financiamento para o ensino da língua portuguesa naquele país. Referiu que o Grupo Parlamentar da IL tem a posição de ponderar a língua portuguesa, além de toda a herança, história e cultura, também no seu valor económico. Realçou que, qualquer cidadão do mundo que fale a sua própria língua e também domine a língua portuguesa consegue relacionar-se, linguisticamente, com um número muito alargado de países e comunidades, também pela sua proximidade às línguas do castelhano e italiano. Apresentou o exemplo maioritário de África, América do Sul e outros países falantes de português, espanhol e italiano. Sendo que, pelas divergências linguísticas e sendo a língua portuguesa mais abrangente, quem domine somente as línguas do castelhano e italiano, não terá essa facilidade. Referiu que este era um exemplo do valor económico da língua portuguesa.

A chefe de delegação, Deputada Trine Lise Sundnes, confirmou que a sociedade norueguesa se mantém dividida quanto à adesão à União Europeia, manifestando que, a

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 17/XVI/M&C 1.ª SL

seu ver, a Noruega não deveria aderir à União Europeia. No entanto, referiu a necessidade de aprofundar os acordos existentes e adoção de novos, com estados-membros ou não, nomeadamente nas áreas da saúde e defesa. Referiu que, para a sociedade norueguesa tudo o que acontece na União Europeia é muito relevante. Informou que em 1994 existiu um referendo na Noruega, relativo à adesão à União Europeia, e que tinha ganho o sentido de não adesão. Mencionou que a Noruega se considera membro da União Europeia, mas sem direito à tomada de decisão, nomeadamente porque aquele país está integrado no mercado interno, aplicando-se-lhe as mesmas regras que aos Estados-Membros da União Europeia. Referiu ainda que, recentemente, foi publicado um relatório sobre a análise aprofundada das relações entre a Noruega e a União Europeia, o que funcionava bem e o que era passível de melhoria ou não funcionava. A conclusão mais óbvia que se pode extrair é que a Noruega está bem integrada nas políticas da União Europeia. Este relatório tem como objetivo o aprofundamento das relações entre aquele país e a União Europeia. Referiu também que o parlamento norueguês e a sociedade civil norueguesa apoiam, inequivocamente, a Ucrânia, analisando, constantemente, como pode este país ser mais ajudado, em todas as suas necessidades. Informou que o parlamento norueguês mantém contactos regulares com o parlamento ucraniano (RADA). Adicionou que, tratando-se da agressão russa contra a Ucrânia, todas os partidos do Parlamento norueguês se juntaram e criaram o Programa Nansen, que é um programa de um período de cinco anos. Concluiu manifestando a sua descrença sobre o agendamento de novo referendo sobre a adesão da Noruega à União Europeia.

O Deputado do Parlamento norueguês, Per Olaf Lundteigen, referiu que o seu partido tem orgulho em não ser um estado-membro da União Europeia. Referiu que o seu partido identifica um erro essencial na União Europeia e questionou como pode existir uma moeda única na União Europeia sem um departamento financeiro ou “ministro das finanças”. Comparou com os Estados Unidos da América, o seu sistema e o sistema das Nações Unidas, que é o oposto.

O Deputado do Parlamento norueguês, Åsmund Aukrust, referiu, fazendo alusão à guerra na Ucrânia, que a Noruega é o único país que nunca esteve em guerra com um país vizinho. No entanto, manifestou as suas preocupações quanto aos acontecimentos na Geórgia em 2008 e ao início da ocupação da Ucrânia em 2014 (reforçada, em escala global, em 2022).

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 17/XVI/M&C 1.ª SL

Manifestando o total apoio, de todos os partidos do parlamento norueguês, à Ucrânia. Informou que a ajuda da Noruega à Ucrânia, no ano de 2024, ascende a 2 mil milhões de euros, consistindo mais de metade deste valor em ajuda militar e o restante em ajuda humanitária e civil. Informou também que a Noruega recebeu 70 mil refugiados ucranianos, representando um valor muito elevado em proporção à população norueguesa. Questionou sobre a posição de Portugal quanto à guerra na Ucrânia e à ajuda que Portugal prestou e tem prestado àquele país. Questionou sobre qual a visão de futuro do Parlamento português relativamente à União Europeia e construção europeia. Quais os maiores desafios e quais os progressos mais relevantes.

O Deputado do Parlamento norueguês, Jan Tore Sanner, informou que o partido do qual faz parte é um partido pró-europeu, realçando a necessidade de união dos países europeus (estados-membros e não membros) no combate às mudanças climáticas, problemas de segurança e também problemas de imigração. Mencionou que, após a crise financeira de 2007, muitas empresas portuguesas foram adquiridas por empresas chinesas, o que, presentemente, pode apresentar problemas de segurança. Questionou se o Parlamento português identificava alguns problemas de segurança relacionados com os investimentos de empresas chinesas em Portugal e se este tema era debatido politicamente neste país. Questionou também sobre a nova situação na Europa após a guerra da Ucrânia e os desafios existentes com a energia, com o aumento do custo de vida, com o aumento do custo de produção, evasão de mão de obra qualificada da Europa, desafios relacionados com o clima e transição energética e se estes fatores afetavam a política portuguesa.

O **Deputado Rui Tavares (L)** referiu que, quando foi deputado ao Parlamento Europeu, votou diversas matérias com conexão direta com Noruega e a Islândia, duvidando que muitos dos membros do Parlamento Europeu estivessem conscientes quanto ao que estavam realmente a votar e que se aplicava também à Noruega e à Islândia. Votavam como uma lei da União Europeia. Referiu que a União Europeia necessita proceder à implementação de reformas, nomeadamente, no âmbito dos direitos legais. Abordou as diferenças entre os estados-membros e os problemas quando um estado supera a média da União Europeia, assim como os problemas de união europeia no que concerne à Ucrânia, Rússia e China. Referiu que a crise do Euro está ultrapassada, muito tendo sido feito por Mario Draghi neste sentido. Questionou sobre a questão da segurança no ártico e

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 17/XVI/M&C 1.ª SL

sobre a produção de hidrogénio verde na Noruega. Informou que a comunidade ucraniana em Portugal tem uma elevada implementação, resultando numa elevada solidariedade do povo português para com a Ucrânia.

O **Deputado Paulo Nuncio (CDS-PP)** referiu que Portugal apoia a Ucrânia, questionando como poderá a União Europeia e a Noruega incrementar o apoio àquele país. Questionou também de que forma a Noruega irá incrementar o investimento na defesa. Informou que Portugal cumprirá a meta de investimento de 2% do PIB em defesa até 2029. Referiu que a União Europeia tem funcionado muito bem sem ministro das finanças, devido às suas regras orçamentais apertadas. No entanto, mencionou que, no presente e de acordo com a manifestação de preocupações de alguns estados-membros, existem novas regras e critérios mais flexíveis. Manifestou a sua crença de que, de futuro, não existirá um ministro das finanças europeu. Depois mencionou o que considera serem os desafios da União Europeia: defesa europeia, nomeadamente fora da NATO ou em cooperação com a NATO; alargamento e a competitividade económica.

O **Deputado Rodrigo Saraiva (IL)** reforçou que a comunidade ucraniana em Portugal se implementou há décadas neste país e está integrada, o que resultou na escolha de várias e vários cidadãos ucranianos como país de destino após o êxodo da Ucrânia, motivado pela atual guerra que se viva naquele país. Abordou a questão da possível perda de interesse da sociedade civil na guerra na Ucrânia, justificando ser normal com uma guerra longa, mas que não é uma perda de interesse significativa. Referiu que a sociedade civil portuguesa é das que mais apoia o projeto europeu, a segurança europeia e a NATO. Realçou que o triângulo das ações estrangeiras de Portugal são o atlântico, a lusofonia, e a Europa.

A chefe de delegação, Deputada Trine Lise Sundnes, referiu que a Noruega já cumpre a meta de investimento de 2% do PIB na defesa e que pretende atingir os 3% nos próximos anos.

O Deputado do Parlamento norueguês, Sivert Bjørnstad, referiu que é essencial fortalecer o apoio à Ucrânia, mencionando vários dos apoios prestados, nomeadamente financeiros. Mencionou que o problema maior do ártico são as alterações climáticas, dando o exemplo



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 17/XVI/M&C 1.ª SL

da ilha norueguesa de Svalbard, que teria atingido os 20 graus centígrados no presente verão.

O Deputado do Parlamento norueguês, Åsmund Aukrust, referiu que o hidrogénio não é uma tecnologia nova, sendo produzido há vários anos na Noruega e que a maior empresa pública, Starcraft, estava ansiosa por iniciar novos projetos. No entanto, a produção de hidrogénio é muito cara e ainda são privilegiadas fontes de energia mais baratas.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 3 de setembro de 2024.

O VICE-PRESIDENTE

(Rodrigo Saraiva)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 17/XVI/M&C 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)

Paulo Neves (PSD)

Rodrigo Saraiva (IL)

Rui Tavares (L)

Paulo Nuncio (CDS-PP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
